

## PARECER Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que *autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no Município de Sorriso*.

RELATOR: Senador **JAYME CAMPOS**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) de Mato Grosso, no Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.

Para tanto, autoriza o Poder Executivo a criar cargos e funções e a dispor sobre a organização, competências e outras atribuições necessárias à implantação da escola.

De acordo com o art. 3º da proposição, o *campus* do Instituto Federal de Mato Grosso será destinado à formação e qualificação de profissionais de educação superior, básica e profissional para atender às necessidades socioeconômicas daquele Estado e para contribuir com o desenvolvimento tecnológico do País.

O art. 4º, por sua vez, prevê que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da proposta ressalta a importância das escolas técnicas federais na qualificação dos jovens brasileiros e as medidas do Governo Federal no sentido de ampliar a rede federal de educação profissional.

No contexto das mudanças apontadas, lembra o autor, os centros federais de educação tecnológica – agregados, em alguns casos, às escolas técnicas e agrotécnicas federais – foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), aos quais serão vinculados diversos *campi*.

O autor informa também que, embora o Estado de Mato Grosso tenha sido agraciado com a implantação de *campi* em algumas cidades próximas da capital, o município de Sorriso ficou fora dos limites dessa expansão.

À proposição, que se encontra nesta Comissão para exame em caráter terminativo, não foram oferecidas emendas.

## II – ANÁLISE

Não encontramos óbices à aprovação do PLS nº 307, de 2009.

Com relação ao mérito, é importante observar que a iniciativa reflete as preocupações de países como o nosso frente ao ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico, em nível mundial, que impõe novos padrões de concorrência, criando demandas diversificadas em termos da formação profissional.

Como bem ressaltou o autor da proposição em análise, as instituições federais de educação profissional e tecnológica, representadas hoje pelos Institutos Federais e seus *campi*, têm apresentado desempenho notável na qualificação da mão-de-obra e na preparação dos jovens para as crescentes exigências do mercado de trabalho. Dispondo de ótima estrutura física, pedagógica e administrativa, essas instituições têm conseguido contornar os casuísmos que, aos poucos, foram erodindo o sistema educativo nacional. Com isso, mantiveram um ensino qualitativamente superior, quando comparados com as demais instituições de ensino públicas do País.

Além disso, é importante salientar que o PLS em foco alinha-se às metas do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que prevê *ampliação da capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional de modo a triplicar a cada cinco anos a oferta de cursos básicos, técnicos e superiores*.

Por fim, lembramos que os projetos de lei autorizativa encontram acolhimento nesta Casa, com base no Parecer nº 527, de 1998, da lavra do Senador Josaphat Marinho, aprovado em Plenário.

### III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator